

# Translatio

Revista do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva  
número 1 -novembro de 1998

# Translatio

Revista do Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva  
Número 1 - Novembro de 1998

## Conselho Editorial

Edwin Gentzler  
Else Vieira  
Haroldo de Campos  
Heloísa Gonçalves Barbosa  
Ignácio Neiss  
John Milton  
Lúcia Rebello  
Lya Luft  
Maria da Graça Krieger  
Rosemary Arrojo  
Tânia Franco Carvalhal

Translatio/Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva. IL/UFRGS. Vol. 1, (nov. 1998)-  
Porto Alegre: NET, 1998 -

---v.

Anual

1. Estudos de Tradução. 2. Literatura Comparada. 3. Estudos Culturais.

CDD 418.02

Do  
Sentido do Espaço  
ao Espaço do Sentido

Michel Collot  
Maria Luiza Berwanger da Silva  
Dilamar Paulo Jhan\*

Como introdução a esta comunicação, e visando explicitar o título, trago esta observação de Rainer Maria Rilke a propósito das poesias de Jacobsen:

*Não se sabe onde acaba a trama verbal e onde começa o espaço<sup>1</sup>.*

Essa intuição quanto à uma continuidade entre espaço verbal e espaço extra-lingüístico parece-me uma constante da reflexão poética contemporânea, para a qual, segundo a fórmula de Francis Ponge, o “partido tomado das coisas” é inseparável de um olhar sobre a significação das palavras<sup>2</sup>.

Ora, essa intuição não é pacífica, pois contradiz muitos hábitos de pensamento, recentes ou passados. A hipótese de um fechamento do universo dos signos, pressuposto metodológico para a lingüística estrutural, tornou-se uma tese metafísica correntemente aceita: a de uma cisão radical entre a linguagem e a realidade. Esta idéia confirma de fato duas oposições tradicionais: oposição da coisa perceptível/visível e da coisa pensante, do sensível e do inteligível. Ora, se a linguagem nada tem a ver com o real, então ver nada quer dizer. A incompreensão da significação perceptiva, do sentido dos sentidos, permitiu por longo tempo opor-se a uma realidade, concebida como um pleno de

\* Dilamar Paulo Jhan é bolsista CNPq/PIBIC no Núcleo de Estudos de Tradução Olga Fedossejeva.

<sup>1</sup> Claude Esteban, *Un lieu hors de tout lieu*, Galilée, 1979.

<sup>2</sup> *La fabrique du pré*, Collection Les Sentiers de la création, Skira. No contexto poético de Ponge, fica estabelecida uma relação entre o “parti-pris” e o “compt tenu” que alude à questão da produtividade textual tal qual a define Roland Barthes no verbete “text” da Encyclopédie Universalis.

presença despojada de sentido, a idealidade da linguagem, no seio da qual a constituição do sentido é correlata à ausência das coisas significadas.

Para ultrapassar essa oposição e dar conta da intuição poética, que postula a co-pertença do ser e do dizer, da linguagem e do espaço, recorrerei inicialmente ao ensino da fenomenologia, que nos adverte que a realidade perceptiva é sempre-já animada de um *sentido* e tecida pela *ausência*. Essencialmente, apoiar-me-ei sobre a noção de estrutura de horizonte, elaborada por Husserl, que permite considerar de maneira nova as relações entre o mundo dos sentidos e aquele do sentido. Gostaria de interrogar-me, à luz dessa noção, sobre a “passagem do sentido perceptivo ao sentido da linguagem”, que Merleau-Ponty buscava surpreender em suas últimas obras<sup>3</sup>. A hipótese que o guiava era a de que “a expressão propriamente dita, tal qual a obtém a linguagem, retoma e amplia uma outra expressão que se desvenda à arqueologia do mundo percebido<sup>4</sup>. Tal preocupação não me parece tão distante daquela que animava Heidegger quando trazia à luz, em *Ser e Tempo*, a “significabilidade” do “estando-disponível”: ainda que sua visada filosófica seja outra, sua demonstração se apóia sobre uma estrutura muito semelhante à que a fenomenologia chama estrutura de horizonte. E sua reflexão posterior sobre a solidariedade do *logos* e da zona recorre constantemente ao ensinamento dos poetas.

Gostaria, num segundo momento, de confrontar essas interrogações levantadas a partir do sentido do espaço em direção do espaço do sentido com a enquete feita por Greimas, a partir do estudo da linguagem, “sobre a contribuição do mundo exterior à gênese do sentido”<sup>5</sup>. Parece-me interessante, para meu propósito, o artigo intitulado “Condições para uma semântica do mundo natural”<sup>6</sup>, que se apresenta como um ensaio “de explicação da passagem do referente extra-lingüístico ao plano do conteúdo lingüístico, ou seja, à estrutura semântica”. Tratava-se para o autor de mostrar que “o mundo dito sensível” apresenta-se “em seu conjunto e nas suas articulações como uma *virtualidade*

---

<sup>3</sup> *Le Visible et l'Invisible*, Bibliothèque des Idées, Gallimard, 1964, p.229 (O Visível e o Invisível, Ed. Perspectiva).

<sup>4</sup> Merleau-Ponty, *Résumés des cours*

<sup>5</sup> *Sémantique structurale*, 1966, p. 65.

<sup>6</sup> In: *Du sens*, Le Seuil, 1970, p. 49-91.

*de sentidos*<sup>7</sup>, e que a organização do espaço percebido, fundador desta “significabilidade”, não é isenta de analogia com a estruturação senântica do espaço lingüístico.

Após esta tentativa, poderemos considerar a articulação entre linguagem e realidade sob um ângulo novo, não mais como uma correspondência termo a termo entre objetos e vocábulos mas, antes, como uma *homologia*, isto é, uma identidade de relações: as relações unindo as coisas no interior do campo perceptivo podendo ser comparadas às que mantêm as palavras na língua ou no enunciado. Tal homologia fundar-se-á em último recurso sobre a colaboração do perceber e do falar na constituição de um mesmo universo, aquele do sentido. Tentarei trazer alguns indícios e argumentos susceptíveis, assim espero, de aclarar esse parentesco profundo ao qual o poeta é incessantemente confrontado, ele que abre seu caminho através da “densidade das coisas” e da “densidade das palavras”<sup>8</sup>.

## I

Implicada sempre na noção de significação, está a idéia da alusão do signo à outra coisa além de si. É o que Heidegger designa por “Hinszweisharakter”, o caráter relacional do signo: “o signo desvia de si-mesmo e remete a um outro objeto”<sup>9</sup>. Ora, desde o nível da percepção a mais simples, toda coisa já está engajada num tal “fazer signo”. O “dado” sensível não assume sentido senão ao inscrever-se num *horizonte*, quer dizer numa teia de relações não-tematizadas com seus diversos aspectos possíveis e com seu ambiente circundante. Para que um objeto possa ser identificado (mesa, por exemplo), é preciso, a cada instante, que o aspecto oferecido ao olhar remeta a todos os pontos de vista que se possam ter sobre ele, e que constituem seu “horizonte interno”, sem o qual ele não acede à significação, ele não é uma “mesa” mas um indefinível conjunto de tábuas: a coisa “é

---

<sup>7</sup> Greimas, *op.cit.*, p. 49.

<sup>8</sup> - Francis Ponge, *La fabrique du pré*.

<sup>9</sup> - Heidegger, *Sein und Zeit*, pp. 108-109.

dotada do *sentido que lhe confere continuamente seu horizonte interno*; o lado visto não é lado senão na medida em que há lados não vistos que são antecipados e como tais *determinam o sentido*<sup>10</sup>. Essa significação depende também de relações que o objeto mantém com tudo o que o envolve, pois a coisa não se dá jamais nela-mesma e totalmente só; ele alude sempre implicitamente a outras coisas que constituem seu “horizonte externo” e que afetam sua identidade: a “mesa” define-se como “mais alta que as cadeiras”, “pousada sobre o solo”, “podendo ser voltada em direção à janela”, etc. Assim, o “senso perceptivo” constitui-se a partir de um colocar em relação implícito de cada elemento do campo com todos os outros, mesmo aqueles que não são tematizados: é a definição da *estrutura de horizonte*, e talvez a estrutura de todo campo semântico. O sentido resulta da constituição de um conjunto que integra elementos ausentes, que não estão presentes mas “a-presentados”, dados “em horizonte”.

É esta estrutura de horizonte que faz sempre da simples visão uma atividade já simbólica. O olhar não é uma simples adição de “dados” sensoriais, mas um agrupamento doador de sentido. “Ver um objeto no espaço”, afirma Arnheim, “é vê-lo em um contexto”<sup>11</sup>, colocá-lo em relação com as coisas que o envolvem e interpretá-lo em função desse horizonte. É essa atividade de pôr em relação que fez com que se pudesse falar de “pensamento visual”, de “logos implícito da percepção visual”, ou de “gramaticalidade imanente do olhar”<sup>12</sup>: o *logos* é indissociável de um *legein* perceptivo. É sobre um e outro que repousa a poesia, definida por Ponge como “o olhar-de-tal-sorte-que-se-odiga”<sup>13</sup>.

Este intercâmbio entre a coisa e seu horizonte, de onde nasce o sentido do espaço, encontra-se também ao nível do trabalho. Assim que o objeto se apresenta como utensílio, ele já é visto em sua relação com o objetivo, ainda ausente, a atender, e que

---

<sup>10</sup> Husserl, *Expérience et jugement*, collection Epiméthée, PUF, 1970, p. 40.

<sup>11</sup> Rudolf Arnheim, *La Pensée visuelle*, Nouvelle Bibliothèque scientifique, Flammarion, 1976, p. 62.

<sup>12</sup> As citações remetem sucessivamente a: Arnheim, *op. cit.*; Paliard, *Pensée implicite et perception visuelle*, PUF, 1949; e, Pierre Caussat, em uma nota de sua tradução às obras de Humboldt (*Introduction à l'oeuvre sur le kavi, et autres essais*, L'ordre philosophique, Le Seuil, 1974).

<sup>13</sup> Francis Ponge, *Tome premier*, Gallimard, 1965, p. 137.

convoca toda uma cadeia finalizada de outros objetos. É a partir de uma análise do “estando-disponível” que Heidegger definia, em *Ser e Tempo*, a significabilidade (Bedeutsamkeit) como esta aptidão que têm os estando de remeter-se uns aos outros, muito além do campo de presença, até o ponto de desdobrar, a partir de cada um dentre eles, a totalidade do mundo. Mundo que, neste nível, não é mais do este “sistema complexo de alusões” pelo qual os objetos fazem signo uns em direção aos outros, tomam sentido uns em ligação aos outros, e que constitui “o horizonte de compreensão do *Dasein*”. Para o Heidegger de *Sein und Zeit*, é essa “significabilidade”, percorrendo o espaço de uma infinidade de redes de sentidos, que “funda a possibilidade de ser da palavra e da linguagem”<sup>14</sup>. Mesmo que a perspectiva filosófica mude em suas obras posteriores, Heidegger persistirá, no entanto, afirmando uma continuidade entre a manifestação da coisa no espaço e sua explicitação na linguagem, e buscará sempre o princípio nessa estrutura de horizonte que faz da coisa um cruzamento do estando, um ponto de convergência dos raios do mundo. A síntese operada pelo *logos* não se acrescenta do exterior a uma realidade amorfa: inscreve-se num *legein* original pelo qual as coisas assemelham-se no espaço. A *apophansis* como enunciação surge no clarear do *phainomenon*:

*“Qual o alcance desta impressão que o ser da linguagem recebeu do perceber?  
Tão longe quanto possa ir a origem do ser da linguagem,  
pois ao mesmo tempo que reúne e deixa estendido diante de nós,  
o dizer recebe seu modo de ser da não-ocultação do que é junto estendido diante dele”<sup>15</sup>.*

Esta solidariedade do “dizer” e do “estender” exprime-se em inúmeras “metáforas espaciais”, que servem de suporte ao enunciado das relações fundamentais do homem com o mundo, e que mais não fazem do que prolongar a incessante transferência de sentido que se processa no seio do espaço. “O espaço traduz as coisas”, escrevia Rilke<sup>16</sup>: inserindo-as a todo momento em novos contextos, confere-lhes uma outra significação. E o poeta faz-se o tradutor desta tradução. A “visão poética das coisas” é essencialmente

<sup>14</sup> Heidegger, *L'Être et le Temps*, Bibliothèque des idées, Gallimard, 1964, p. 184.

<sup>15</sup> Heidegger, *Logos*, in: *Essais et Conférences*, Collection Les Essais, Gallimard, 1958, p. 256.

<sup>16</sup> Citado por Blanchot, in: *L'Espace littéraire*, p. 183.

compreensiva, sensível à sua intercomunicação, às “correspondências” que lhes permitem ser “traduzidas” umas pelas outras. O poeta apreende todas as modificações da coisa em função de seus diversos horizontes como tantas revelações de sua identidade múltipla. Ele retoma nela sua dimensão secreta de alteridade; ele a vê, não como outra que ela não é, mas como os outros a fazem à cada vez diferente. É assim que compreendo o título de uma antologia recente de Claude Royet-Journoud: *Les objets contiennent l'infini* (Os objetos contêm o infinito)<sup>17</sup>. Infinitamente mutável segundo os acasos da vizinhança, da hora, da luz, uma coisa não é jamais a mesma. E cada poema é para ela a ocasião de mudar de horizonte. Esta infinitude relacional da coisa está na origem da “sensação de universo” próprio, segundo Valéry, ao estado poético, e graças à qual objetos e seres, “tornados mensuráveis, ressonantes um pelo outro”, “chamam-se uns aos outros” e “associam-se” em “um sistema completo de relações” que é “um mundo”<sup>18</sup>. Na percepção poética, “reúne-se o real”; para Yves Bonnefoy, ver poeticamente a salamandra, por exemplo, é situá-la “no coração de outras presenças” de tal modo que em torno dela se “desgarra o corpo do indissociável”, é desdobrar a partir dela todo um horizonte: “sua essência é difundida na essência dos outros seres, como o fluxo de uma analogia pela qual percebo tudo na continuidade e suficiência de um lugar e na transparência da unidade. O muro é justificado, e o átrio, e a oliveira lá fora e a terra”<sup>19</sup>.

“O poema reúne como a coisa”<sup>20</sup>: quais são as características da linguagem poética que lhe permitem realizar essa reunião do estando-já à obra na percepção? Minha hipótese será a de que a organização semântica do poema repousa sobre uma estrutura análoga à que rege a significação perceptiva, ainda que o poema se constitua como um espaço de sentido em correspondência com o sentido do espaço.

---

<sup>17</sup> Gallimard, 1984.

<sup>18</sup> Valéry, *Propos sur la poésie*, in: *Oeuvres complètes*, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, 1957, tome I, p. 1363.

<sup>19</sup> Yves Bonnefoy, *Un Rêve fait à Mantoue*, Mercure de France, 1967, p. 97.

<sup>20</sup> Henri Maldiney, in: *Le Legs des choses dans l'oeuvre de Francis Ponge*, L'Age d'homme, collection Amers, 1974.

## II

Partindo de uma idéia geral, a significação da linguagem é sempre o produto de um conjunto complexo de *relações*. É o princípio de base da lingüística estrutural, mas tem sido seguidamente interpretado de um modo que nos parece constestável, tendendo a negar à linguagem todo *horizonte*.

Primeiramente, tentou-se ver essas relações de um ponto de vista estritamente imanente, opondo o jogo de *diferenças* no interior do sistema da língua à toda espécie de *referência* a uma ordem de realidade externa: a significação de uma palavra definiria-se de maneira exaustiva pelas diversas relações opositivas que mantém com as outras, independentemente de toda visada de um referente. O jogo interno das *diferenças* permitiria desconsiderar a *referência*, garantindo a autarquia da significação lingüística. Para mim, ao contrário, é dado ao signo lingüístico designar uma realidade que, ela-própria, como vimos, é toda tecida de diferenças. E, reciprocamente, “sem conexão de referentes, não poderia haver conexão de significados na língua”<sup>21</sup>.

De outra parte, a trama das relações intra-lingüísticas por vezes assimilada a um sistema *fechado*, o que é uma simplificação abusiva, fundada sobre uma noção falsa da sincronia, e sobre um desconhecimento da interação entre os atos da fala e a configuração da língua, pois a palavra é uma unidade de potência, não de efeito, retomando a preciosa distinção estabelecida por Gustave Guillaume. Sua significação não se deixa jamais encerrar-se em qualquer definição; ela admite um número virtualmente infinito de variantes, ela constitui um *horizonte de sentidos* que pode atualizar-se de modo diferente segundo os contextos. A palavra é sempre susceptível de entrar numa relação nova e significativa com outras palavras, da mesma forma que o objeto não cessa de diferir de si-mesmo em função dos diversos horizontes nos quais se inscreve. A infinidade relacional de vocábulos responde à infinidade relacional dos objetos; como escreve Yves Bonnefoy,

---

<sup>21</sup> C. Castoriadis, “Le dicible et l’indicible”, in: *L’Arc*, n.46, Merleau-Ponty, 1971, p. 70.

“seu poder-ser, seu devenir infinito de associações verbais, ditas gratuitas (...) não é mais que a metáfora de nossa relação infinita com a menor coisa real”.

A língua é uma estrutura aberta, ainda que não seja possível abarcar com o olhar a totalidade de relações que constituem sua textura semântica, pois que se trata de urdidura essencialmente móvel, onde os momentos virtuais contam tanto quanto os trajetos já atualizados. Isto aparece sobretudo se adotamos o ponto de vista do locutor, do qual o lingüísta distancia-se demasiado frequente: o panorama que este pode propor de tal “estado de língua” representa, em relação à realidade lingüística vivida pelos sujeitos falantes, uma abstração comparável à que a geometria euclidiana impõe à realidade perceptiva. Assim como, ao nosso olhar, os objetos oferecem-se não-dispostos uns ao lado dos outros no seio de uma extensão plana, mas escalonados em profundidade, organizados a partir de um átrio que revela uns escondendo os outros, assim também à consciência de quem fala ou escreve o sistema da língua não se apresenta como uma totalidade decomponível *partes extra partes*, mas como uma série de perspectivas mais ou menos claras, abertas a partir de uma certa intenção significativa. Longe de poder dominá-la como um território sobrevoado, o locutor encontra-se engajado na língua como num horizonte englobante. As relações entre as palavras redefinem-se assim em cada ato de fala em função de um ponto de vista singular, de tal maneira que sua geometria variável não se expõe ao olhar da razão, mas propõe-se em profundidade, configurada segundo uma hierarquia de planos onde alguns são imediatamente acessíveis, e outros bem mais distantes. Esta “terceira dimensão” da linguagem, explorada pelo poeta, é muito freqüentemente negligenciada pela lingüística; eis porque tentaremos ressituar os conceitos de que nos apropriaremos numa fenomenologia da fala e da escritura.

A palavra, portanto, adquire sentido apenas ao remeter-se a outras palavras, como a coisa constitui-se como tal ou tal somente em sua conexão com outras coisas. Esse remeter efetua-se em direção simultaneamente do sistema da língua e dos outros elementos do enunciado, *in absentia* e *in praesentia*. Considerarei, então, sucessivamente seu funcionamento paradigmático e seu funcionamento sintagmático.

O valor significante de uma unidade lingüística manifestada define-se em relação a uma série de outras unidades não manifestadas que poderiam ser empregadas em seu lugar no

mesmo ponto do enunciado e que foram excluídas, mas de uma certa maneira estão presentes no plano de fundo. Verifica-se isto notadamente ao nível da unidade do sentido, monema ou lexema, à partir da qual a significação depende de todos os termos do mesmo paradigma de preferência dentre os quais ela foi escolhida, mas em relação aos quais, no entanto, ela não deixa de continuar a definir-se: quando pronuncio “baixo”, por exemplo, o sentido de meu enunciado repousa sobre a existência não-manifestada de “alto”. Toda coisa somente é vista em relação a um horizonte de coisas divisíveis; todo signo lingüístico é compreendido somente em referência a “todo um sistema latente, graças ao qual obtêm-se as oposições necessárias” à sua constituição enquanto tal, e sem o que não teria “nenhuma significação própria”<sup>22</sup>. “O signo não diz nada senão à medida em que se perfila sobre outros signos”<sup>23</sup>, como um objeto que se dá a ver dissimulando os outros objetos do campo. Na ordem da linguagem, como na do visível, a presença não adquire sentido senão sobre um fundo de ausência.

Jean Cohen comparou a estrutura opositiva que rege o campo semântico ao contraste entre figura e fundo que organiza o campo perceptivo: “figura e fundo opõem-se como dois termos opostos no seio de um mesmo paradigma. Cada um é o que o outro não é e todos dois constituem-se agrupados como duas entidades relativas e opositivas (...) Pode-se, então, sem forçar demasiado as coisas, admitir a existência de um isomorfismo entre a percepção e a linguagem”<sup>24</sup>. Tanto num como noutro caso, é a mesma relação de conjunção-disjunção que está na obra. Partindo de uma definição por demais estreita do paradigma, Cohen, como a maior parte dos lingüistas, insiste sobretudo no aspecto *disjuntivo* desta relação. Ora, seu aspecto *conjuntivo* é também importante, e sem dúvida primordial para a constituição da significação poética. Lembremos que Saussure, a propósito das ligações paradigmáticas que evocamos, falava em “relações associativas”, não as limitando ao campo semântico somente, mas estendendo-as igualmente aos parentescos morfo-sintáticos e às analogias significantes. É assim que o “campo associativo” da palavra “ensinamento” estrela-se não somente do lado de “aprendizagem” e “ignorância”, mas também em direção de “mudança, e mesmo de

---

<sup>22</sup> Saussure, *Cours de linguistique générale*, Payot, 1968, p. 179.

<sup>23</sup> Merleau-Ponty, *Signes*, Gallimard, 1960, p. 53.

<sup>24</sup> Jean Cohen, *Le Haut Langage*, Nouvelle Bibliothèque scientifique, Flammarion, 1979, pp. 256-57.

“justamente”<sup>25</sup>. Todas estas relações virtuais podem vir a ser pertinentes para a reavaliação do sentido de uma palavra; elas estão em uma larga medida na origem das *conotações*, às quais a poesia concede um papel decisivo. Van Dijk propõe inclusive denominar-se “signo poético lexical” “o conjunto do signo denotativo e de suas regiões de possibilidades associativas”<sup>26</sup>. Esses “semas conotativos” constituem o horizonte semântico da palavra, e anunciam-se apenas na periferia do sentido denotado como “valores sugeridos antes que afirmados, *latentes* e não patentes”<sup>27</sup>.

Pouco a pouco, o campo associativo evocado por uma palavra pode estender-se a um vasto setor lingüístico. No limite, é o espaço inteiro da língua que entra assim em ressonância, como é, a partir de um só objeto, de horizonte em horizonte, a mundaneidade mesma do mundo que nos é oferecida. A “sensação de universo” que caracteriza a emoção poética encontra um eco na “musicalidade” do poema, no sentido que Valéry concede a este termo. E “a impressão de cosmicidade” produzida sobre o leitor vem do fato de que, à ocasião de um verso, é todo o horizonte da língua que é convocado: “O destinatário percebe a nova possibilidade lingüística e pensa através dela toda a língua, todas suas possibilidades, todo o patrimônio do que se pode dizer e do que já se disse, que a mensagem poética carrega consigo como uma possibilidade apenas percebida ao longe”<sup>28</sup>. No plano de fundo de toda palavra escrita ou pronunciada, tem-se um horizonte lingüístico despercebido mas determinante, que dá o sentido sem jamais ser dado ele-mesmo.

Mas, o sentido de uma palavra não é inteiramente definido pelas relações paradigmáticas que mantém com os outros elementos do sistema lingüístico. De uma parte, com efeito, esta determinação permanece incompleta, de tal modo que a polissemia da palavra permaneça: somente a inserção de “braço” em um sintagma permitirá decidir se significa “membro” ou “utensílio”. De outra parte, esta significação propriamente dita não é mais

---

<sup>25</sup> Saussure, *op. cit.*, p. 175.

<sup>26</sup> “A propos d’une théorie du signe poétique”, in: J. Rey-Debove éd., *Recherches sur les systèmes signifiants*, Mouton, 1973, p. 387.

<sup>27</sup> - Chantal Kerbrat-Orecchioni, *La Connotation*, Presses Universitaires de Lyon, 1977, p. 186.

<sup>28</sup> Umberto Eco, *La structure absente*, Mercure de France, 1972, p. 139-40.

que virtual enquanto a colocação em *frase* da palavra não a coloque em *fase* com um referente. Somente em seu emprego discursivo é que “braço” designa um objeto do mundo, parte de um corpo ou de uma máquina. Ora, é esta de-signação que conclui a significação, que a faz passar, para retomar a distinção de Benvéniste, do nível semiótico ao nível semântico. O potencial significante da palavra não se completa e nem se atualiza senão por sua colocação em relação discursiva com um horizonte sintagmático e extralingüístico, com o contexto de um enunciado e de uma situação de discurso.

Eis porque a semântica estrutural pôde postular a existência, na composição sêmica da palavra, ao lado dos “semas nucleares” que constituem o núcleo variável de sua significação, “semas contextuais” que representam os horizontes de sentidos variáveis abertos por seus diversos empregos discursivos. Por exemplo, /alongado/ e /articulado/ fariam parte do núcleo sêmico de “braço”, enquanto que /animado/ ou /inanimado/, /humano/ ou /não-humano/ seriam alguns de seus “semas contextuais” possíveis. E a palavra somente adquire verdadeira significação, somente torna-se um “semema” à partir do momento em que, no seio do enunciado, seus semas nucleares possam combinar-se com o ou os semas contextuais compatíveis com o conteúdo sêmico das outras palavras: em “machuquei meu braço”, esta última palavra toma sentido de “membro do corpo”, pois integra os semas contextuais /humano/ e /animado/, igualmente presentes em “machuquei” e “meu”. Ao contrário em “manobrei o braco de ferro”, a pressão do contexto lhe conferirá os semas /não-humano/ e /inanimado/. Da mesma forma que os objetos do campo perceptivo comunicam-se entre si por seus horizontes, os termos do enunciado agrupam-se graças a seus semas contextuais. E é em função do horizonte semântico comum assim criado e constituindo a “isotopia” do discurso que cada um dentre eles vê a cada vez redefinida sua própria significação. O sentido “próprio”, longe de ser a propriedade inalienável da palavra, não passa do resultado de sua apropriação às outras palavras do sintagma. A significação de um lexema depende portanto de seu contexto assim como a coisa não adquire sentido que ao inscrever-se num horizonte; e, assim como essa, permanecendo a mesma, apresenta-se à cada vez sob um aspecto distinto, a palavra, sem renunciar à sua identidade, a seu núcleo sêmico, é susceptível de modificar-se de acordo com uma infinidade de variantes contextuais.

Esta articulação maleável de seu conteúdo semântico evita que a palavra se congele na definição do dicionário e, graças a uma interação contínua entre seus semas nucleares e seus semas contextuais, permite-lhe adaptar-se à toda nova situação. Ela faz da palavra um verdadeiro “objeto transicional”, uma espécie de esquema mediador reunindo em si a estabilidade e a permanência do conceito, mas também a possibilidade das variantes individuais as mais acentuadas. A palavra possui uma margem de indeterminação propícia à toda sorte de empregos inéditos. É notadamente graças à esta reserva que a língua pode fazer, “à partir de meios finitos, um uso infinito”<sup>29</sup>; é este horizonte aberto que o poeta explora, inventando para cada palavra um contexto, e portanto um sentido, novo.

Um dos traços principais da organização poética do sentido parece ser, com efeito, o de fazer culminar a dependência contextual da palavra. Isto vem do fato de que as relações que determinam a significação da palavra em poesia desborda o quadro lógico e sintático da frase, e estabelecem-se no centro de unidades prosódicas e/ou tipográficas como o verso, a estrofe ou o poema, jogando tanto sobre os significantes quanto sobre os significados. Resulta daí, a uma só vez, uma *especialização* e uma *multiplicação* das relações intervindo na reavaliação semântica de cada palavra. O espaço aqui cria sentido; as palavras significam por posição. Num poema, escreve Tynjanov, “o sentido de cada palavra resulta da orientação rumo à palavra vizinha”<sup>30</sup>; e Jean-Pierre Richard, a propósito de Mallarmé: “este sentido varia segundo o horizonte dos sentidos que o envolvem, o sustém e o fazem existir”<sup>31</sup>. É este horizonte de contigüidade, estas relações de vizinhança que decidem a significação das unidades lexicais: “se em um texto não-artístico, o semantismo das unidades dita o caráter das ligações, em um texto artístico, o caráter das ligações dita o semantismo das unidades”<sup>32</sup>. Situadas num horizonte poético comum, as palavras “iluminam-se de reflexos recíprocos”; intercambiam suas significações respectivas, ainda que em cada um deles os semas nucleares tendam a esvaír-se em benefício dos semas contextuais produzidos por esses efeitos de

---

<sup>29</sup> Humboldt, *op. cit.*, p. 246.

<sup>30</sup> Tynjanov, *Le vers lui-même*, collection 10/18, 1977, p. 119.

<sup>31</sup> J.-P. Richard, *L'Univers imaginaire de Mallarmé*, Le Seuil, 1961, p. 25.

<sup>32</sup> Iouri Lotman, *La structure du texte artistique*, Bibliothèque des sciences humaines, Gallimard, 1973, p. 295.

contaminação: “as aproximações físicas das palavras, seus efeitos de indução ou suas influências mútuas dominam a despeito de sua propriedade de consumirem-se em um sentido definido e certo”<sup>33</sup>. Revelam-se, deste modo, virtualidades semânticas insuspeitadas: “as palavras, de si-mesmas, exaltam-se em facetas não raro as mais raras”. E, no limite, este “sentido mais puro” dado pelo poema às “palavras da tribo” não tem mais a ver com o núcleo semântico recenseado pelo dicionário: “o verbo (...) de muitos vocábulos refaz uma palavra total, nova, estrangeira à língua”<sup>34</sup>.

Este semantismo ocasional produzido pelo contexto poético é da ordem da *conotação*. Esta pode, com efeito, ser definida precisamente como um “traço flutuante” de significação que surge à palavra à partir de sua associação com outras. Esta associação conotativa pode ser, como vimos, paradigmática ou sintagmática. A conotação é portanto a presença, no horizonte da palavra, dos semas que lhe conferem seus diversos contextos. Deve-se assinalar aqui, no entanto, uma importante diferença entre o funcionamento do “sema conotativo” em poesia, e o do sema contextual na frase habitual. No enunciado prosaico, os semas contextuais são *selecionados* em função da isotopia discursiva atualizada, que põe fim à polissemia virtual da palavra na língua; no poema, os semas conotativos *ajuntam-se* uns aos outros de modo a produzir uma polissemia de um tipo novo no seio de um conjunto poli-isótopo. O contexto, em poesia, desempenha o mais freqüente um papel não seletivo mas cumulativo. Dá-se isto pelo fato de ultrapassar ele os limites da frase e estender-se à totalidade do texto (e mesmo da obra); as interferências contextuais influentes sobre a significação da palavra multiplicam-se, estrelando-se esta em todas direções, cumulando-se sucessivamente das diversas nuances de sentido que lhe vêm de todos os pontos do poema. As palavras, “projetadas em parede de gruta”, permutam assim “uma reciprocidade de fogos distantes” que as faz “cintilar”<sup>35</sup>. A conotação é esta modalidade semântica privilegiada que testemunha a solidariedade da palavra poética com todos seus horizontes.

---

<sup>33</sup> Paul Valéry, *op. cit.*, p. 1510.

<sup>34</sup> Mallarmé, *Oeuvres complètes*, Bibliothèque de la Pléiade, 1945, pp. 386, 70 e 368.

<sup>35</sup> Mallarmé, *op. cit.*, p. 386.

Dadas todas essas relações paradigmáticas ou sintagmáticas, a palavra não cessa de ausentar-se de si-mesma para tornar presente um sentido que não lhe pertence propriamente, mas que resulta de relações complexas de diferença e de semelhança que mantém com as outras. Esta dialética da ausência e da presença na constituição do sentido está na base da reflexão de Jacques Derrida: “o jogo das diferenças supõe sínteses e alusões que interditam que, em qualquer momento, em qualquer sentido, um elemento simples seja presente em si-próprio e não aluda que a si-próprio. Seja na ordem do discurso falado ou do escrito, nenhum elemento pode funcionar como signo sem remeter a um outro elemento, ele-mesmo não estando simplesmente presente”<sup>36</sup>. Estas alusões de um termo a outro definem o espaço semântico notadamente como a configuração móvel de um número infinito de trajetórias, criando “o espaçamento” do texto, ou “o devir-espaço da cadeia falada”. Esta “diferença” entre as palavras constitui o “antro” onde ressoa, em todos os sentidos, o poema. Ora, contrariamente ao que pensa Derrida, este papel primordial da diferença, do intervalo, do desvio, não põe de lado a referência. Não se trata de um “jogo” isento de toda ligação com a realidade, e sim de uma maneira de testemunhar que o próprio real tem muito de jogo. O espaço do texto é comparável ao horizonte movente a partir do qual as coisas nos são dadas a ver.

Que o sentido de uma presença suponha uma certa ausência, trata-se da lei que rege não somente o poema mas também o campo perceptivo: é a “lei do horizonte”<sup>37</sup>. Por outro lado, esta ausência que importa ao sentido do enunciado presente, não se situa somente *entre* as palavras, mas *além* delas, no horizonte de um ato discursivo. O contexto que conclui e atualiza a significação do enunciado não é por si-próprio um dado lingüístico, mas um horizonte extra-lingüístico, um contexto de enunciação. E o mais seguidamente, não é de todo *fornecido* no enunciado, mas somente *implicado* por ele, da mesma forma que o contexto que dá sentido à coisa não é tematizado. Dos subentendidos aos

---

<sup>36</sup> Derrida, *Positions*, Éditions de Minuit, 1972, p. 38.

<sup>37</sup> Tomo de empréstimo a expressão a Hugo, que a emprega com um outro sentido num fragmento de *Dieu*. Notar-se-á que Derrida, em *De la grammatologie* (éd. de Minuit, 1967; Gramatologia, Ed. Perspectiva), reconhece que o funcionamento do “traço” não é específico da escritura, mas estende-se à própria experiência. Curiosamente, no entanto, enquanto apóia-se sobre as análises de Husserl, não admite a “diferença” senão ao nível da temporalização e da relação a outrem, fato devido à desconsideração da estrutura de horizonte do espaço perceptivo.

pressupostos, os progressos recentes de uma lingüística da enunciação puseram à luz as diferentes modalidades deste implícito discursivo, mostrando que todo enunciado supõe presente em seu horizonte alguma coisa que não é dita, mas é indispensável à compreensão do que é dito<sup>38</sup>: “a linguagem exprime tanto pelo que é dito entre as palavras como pelas palavras elas-mesmas, e pelo que ela não diz como pelo que ela diz”<sup>39</sup>.

A inteligência de um enunciado lingüístico, como a de uma mensagem perceptiva, é de natureza essencialmente compreensiva e presuntiva: inclui uma tomada intuitiva de todo horizonte de enunciação, permitindo ir além das palavras pronunciadas para reunir o que elas visam: “compreender uma frase de meu interlocutor é, na verdade, compreender o que ele ‘quer dizer’, ou seja, esposar seu movimento de transcendência”<sup>40</sup>. E, reciprocamente, o locutor não pode falar senão à condição de deixar no inexprimido toda uma série de informações necessárias à compreensão do que é expresso; se devesse *tudo* dizer, *nada* poderia dizer, assim como nada poderíamos ver se fosse necessário tudo ver daquilo que concerne à significação da coisa percebida: “não podemos falar a não ser alijados de um enorme peso de implícito, como não vemos senão desgarrados de uma massa imensa de invisível”<sup>41</sup>. O implícito discursivo é o equivalente lingüístico da apresentação perceptiva.

Este fenômeno da pressuposição revela a relação vital que une o sentido próprio de todo enunciado a seu contexto de enunciação, seu “interior” a seu “exterior”, seu conteúdo a seu horizonte. Os elementos fornecidos por este não se adicionam, com efeito, do exterior como um simples complemento de informação; eles informam a estrutura interna e a significação do enunciado: “em nenhum caso a situação extra-verbal é unicamente a causa exterior do enunciado, ele não age de fora como uma força mecânica. Não, a situação entra no enunciado como um constituinte necessário de sua

---

<sup>38</sup> Veja-se os trabalhos de Oswald Ducrot, notadamente: *Dire et ne pas dire*, collection Savoir, Hermann, 1972.

<sup>39</sup> Merleau-Ponty, *La Prose du monde*, Gallimard, 1969, p. 62.

<sup>40</sup> Sartre, *L'Être et le Néant*, Bibliothèque des idées, Gallimard, 1943, p. 597 (O Ser e o Nada, Vozes).

<sup>41</sup> C. Castoriadis, *loc. cit.*

estrutura semântica”<sup>42</sup>. O horizonte contextual que determina o sentido das palavras é indissociavelmente sintagmático e extra-lingüístico. Determinadas palavras, inclusive (os *shifters* ou indicadores), não tem sentido senão ao remeter à uma situação de discurso, e seu uso não está reservado aos atos da fala, à exclusão da escritura. Henri Meschonnic pôde definir o poema como “shifter generalizado”<sup>43</sup>; e, de um modo geral, o texto literário, mesmo que seja engajado de maneira menos simples que a palavra viva num contexto imediato de enunciação, não é separável de um tal horizonte: “todo enunciado, do mais simples enunciado cotidiano ao enunciado poeticamente acabado, inclui inevitavelmente e a título necessário um horizonte extra-verbal, subentendido”<sup>44</sup>.

Assim, portanto, os horizontes lingüísticos do sentido em poesia, que tentei investigar aqui tanto ao nível paradigmático (no espaço da língua) como ao nível sintagmático (no espaço do texto), são indissociáveis de um horizonte extra-lingüístico (o espaço percebido e vivido). “O poeta”, escreve Jacques Garelli, “está na linguagem como está no mundo”<sup>45</sup>. Este parentesco profundo provado pelo poeta entre sua experiência das coisas e sua prática das palavras vem, talvez, precisamente do fato de que uma mesma estrutura organiza o espaço do sentido e condiciona a emergência de um sentido do espaço. Proponho ver na estrutura de horizonte este esquema simultaneamente sub-espacial e sub-lingüístico da significação<sup>46</sup>.

---

<sup>42</sup> M. Bakhtine, citado por Todorov, in: *Le Principe dialogique*, Le Seuil, 1981.

<sup>43</sup> H. Meschonnic, *Pour la poétique*, II, Collection Le Chemin, Gallimard, 1973. Veja-se a propósito meu artigo “La dimension du déictique”, in: *Littérature*, n. 38, maio de 1980.

<sup>44</sup> Bakhtine, *La Gravitation poétique*, Mercure de France, 1966.

<sup>45</sup> Garelli, *La Gravitation poétique*, Mercure de France, 1966.

<sup>46</sup> Para outras aplicações possíveis desta noção ao estudo da linguagem poética, veja-se minha tese sobre *La poésie moderne et la structure d’horizon*, Paris IV, 1986, a ser publicada pelas P.U.F.